



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Abril de 2024
em Maio de 2024

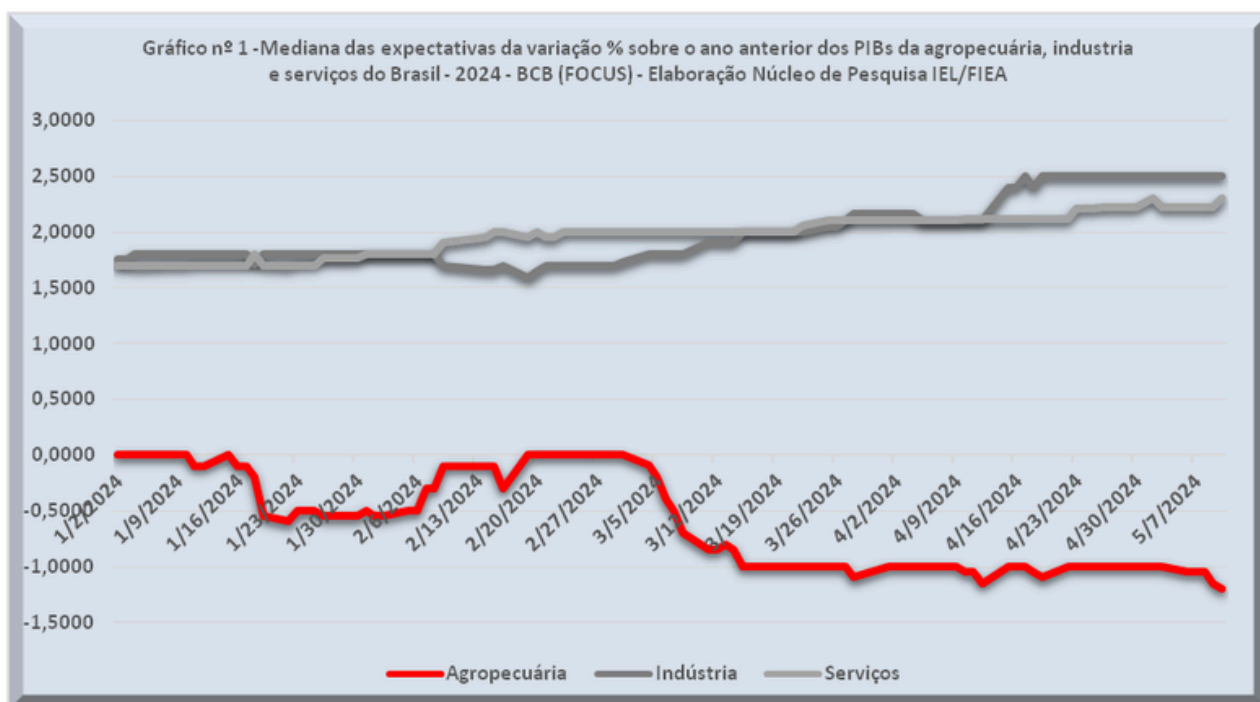
Demanda doméstica puxa crescimento em 2024

As expectativas do mercado financeiro para a economia brasileira em 2024 continuam a melhorar, exceto pelo setor agropecuário (gráfico nº 1), que deve ser ainda mais impactado negativamente pelas enchentes no Rio Grande do Sul, cujos efeitos sobre a economia brasileira ainda precisam ser estimados. As razões para tal otimismo derivam de diversos fatores que afetam diretamente a demanda doméstica. A análise das expectativas revela uma dinâmica crescente de componentes importantes da demanda interna, tais como os gastos das famílias e os investimentos públicos e privados, com impacto relevante nos setores do PIB, especialmente na indústria e nos serviços.

Fatores como o aumento de 13% na massa salarial real de março de 2023 a março de 2024 e de 8,4% no salário mínimo real no mesmo período ampliam a capacidade de gastos das famílias. Além disso, os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que em 2023 totalizaram 236 bilhões de reais, desempenham um papel fundamental. Esses programas agregam renda às famílias de baixa renda, resultando em um estímulo adicional ao consumo. Consequentemente, o mercado espera um impacto positivo no setor de serviços, pois essas famílias tendem a gastar uma grande parte de sua renda adicional em bens e serviços essenciais. Além disso, o aumento da demanda doméstica pode incentivar a produção industrial para atender a essa nova demanda.

A despeito de tais estímulos, o crescimento de 28% no saldo da carteira de crédito para pessoas físicas de março de 2023 a março de 2024 é outro fator relevante. Maior crédito para consumidores indica uma capacidade de consumo financiado maior, mesmo que as taxas de juros estejam caindo lentamente, resultando em um aumento da procura por bens duráveis e serviços. Além disso, o crescimento de 14% no saldo da carteira de crédito para pessoas jurídicas no mesmo período indica uma maior capacidade de financiamento e expansão das empresas. A recuperação gradual do crédito empresarial associado aos investimentos públicos em infraestrutura, tanto física como social, poderá elevar os investimentos em capital fixo e expansões, beneficiando principalmente o setor industrial.

Em conclusão, os fatores analisados apontam para um aumento na renda disponível das famílias, assim como para uma retomada gradual na capacidade de investimento das empresas, refletindo-se positivamente nas expectativas do mercado para os PIB setoriais em 2024. O setor de indústria deverá se beneficiar de maiores investimentos e demanda por bens duráveis, enquanto o setor de serviços verá um crescimento impulsionado pelo aumento da renda das famílias e do consumo financiado. A demanda interna emergirá como o principal motor de crescimento para ambos os setores, com impactos diretos no consumo das famílias, nos investimentos das empresas e nas importações de bens e serviços. No entanto, é importante ressaltar que a postura conservadora do Banco Central do Brasil na condução da política monetária poderá ser a ducha de água fria nas expectativas de retomada, principalmente dos investimentos na economia brasileira.



Ata do Copom sinaliza fim do ciclo de baixa da SELIC

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), conforme previsto no Panorama FIEA de fevereiro, o Banco Central reduziu a taxa SELIC em 0,25%. Nessa reunião, não houve consenso entre os membros do COPOM. O mercado agora especula que no próximo encontro poderá ocorrer outro corte de 0,25%, mas há um grupo crescente que prevê a manutenção da SELIC em 10,5% ao ano. Até o início de abril deste ano, as expectativas apontavam para uma SELIC de 9% ao ano no final de 2024. Entretanto, houve uma mudança de perspectiva, e a mediana das projeções do mercado agora indica uma SELIC de 10% ao ano para o final deste ano. Da mesma forma, as expectativas para 2025 passaram de 8,5% ao ano para 9%. Qual é a justificativa do Banco Central do Brasil para a alteração na trajetória do ciclo de redução da taxa SELIC?

Além da resiliência da atividade econômica e do mercado de trabalho acima das expectativas, os seguintes fatores induziram a maior cautela do Banco Central do Brasil (BCB) na condução da política monetária: 1) cenário externo; 2) desancoragem das expectativas de inflação; e 3) incerteza relacionada ao cumprimento do novo arcabouço fiscal.

Segundo a ata da última reunião do COPOM[1], há crescente incerteza em relação à flexibilização da política monetária nos Estados Unidos, uma vez que o FED tem resistido a iniciar o ciclo de baixa da taxa básica de juros americana. Além disso, persistem as pressões nos mercados de trabalho globais. Destaca-se também que as expectativas de inflação aumentaram e desancoraram-se em relação à meta nos últimos trimestres, influenciando a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) em adotar uma política mais contracionista e cautelosa. Por fim, o COPOM avalia que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e na disciplina fiscal têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, ameaçando a eficácia da política monetária.

A ata indica o fim do ciclo de redução da taxa SELIC para dois dígitos em 2024. Há incerteza quanto a encerrar em 10,25% ou 10,5%. Apesar das preocupações do BCB, a taxa de crescimento do IPCA no Brasil continua desacelerando, com a medida dos últimos doze meses caindo de 4,5% em janeiro para 3,7% em abril. A inflação esperada para os próximos 12 e 24 meses é de 3,64% e 3,55%, respectivamente, ou seja, controlada. Quanto à questão fiscal, a arrecadação tem superado as expectativas do mercado, e a estimativa de déficit primário de 0,7% do PIB para 2024 permanece inalterada. Em suma, manter a taxa nominal de juros básica em dois dígitos, o que representa uma taxa real de juros de mais de 6% aa, é um verdadeiro obstáculo à retomada da economia brasileira.

[1] [Atas do Comitê de Política Monetária - Copom \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/ata).

A produção industrial brasileira em março de 2024

No primeiro trimestre de 2024, a indústria brasileira experimentou uma tendência positiva, com um aumento de produção de +0,9% em março de 2024, corrigidos os efeitos sazonais, e uma revisão positiva dos resultados dos dois meses anteriores. O crescimento foi consistente, passando de +1,1% no último trimestre de 2023 para +1,9% no primeiro trimestre de 2024, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esta evolução foi observada em três dos quatro setores, em 64% dos ramos e em 89% dos parques regionais. Apesar das incertezas e obstáculos emergentes, como a preocupação com a desinflação e o impacto adverso do desastre climático no Rio Grande do Sul, o desempenho industrial foi o mais robusto desde o segundo trimestre de 2021, refletindo uma recuperação gradual após os impactos iniciais da pandemia de Covid-19. Em termos setoriais, destaca-se a melhoria na produção de bens de consumo duráveis e bens intermediários, enquanto os bens de capital mostraram uma queda menor do que anteriormente, indicando uma possível estabilização neste segmento.[1]

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,9	-2,8	1,9	0,7
Bens de capital	-2,8	-10,5	-1,6	-10,7
Bens Intermediários	1,2	1,4	2,7	1,5
Bens de consumo	0,5	-3,7	1,5	1,5
Bens de consumo duráveis	-4,2	-6,3	0,8	-0,5
Semiduráveis e não duráveis	0,9	-3,2	1,6	1,8
Extrativa Mineral	0,2	1,6	4,6	7,4
Transformação	0,8	-3,6	1,4	-0,5

Conforme os dados fornecidos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação registrou uma leve queda de 78,6% para 78,4% entre fevereiro de 2024 e março de 2024, considerando a série com ajuste sazonal. Esses números indicam que a capacidade utilizada na indústria permanece 1,7 ponto percentual acima do nível pré-pandemia, registrado em fevereiro de 2020 (76,7%), mas ainda está 1,6 ponto percentual abaixo da média histórica, que é de 80,5%.

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

Diretor Executivo:

Walter Luiz Juca Sá

Coordenador Unidade Técnica

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

Diretor Regional:

José Carlos Lyra de Andrade

Superintendente:

Helvio Braga Vilas Boas

Coordenadora de Inovação e Pesquisa

Elíana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA – IEL/AL

Coordenadora

Elíana Maria de Oliveira Sá

Consultores

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Analistas

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

Estagiários

Bruno Melo Vasconcelos

Juliana Alves de Melo

Maria Raquel Farias Cezário

Marya Rita Melquiades Pereira

Welde Messias Vieira da Silva

Design/Layout

Pedro Monteiro de Oliveira

Yásmín Nayara de Araújo Costa

Abril de 2024

em Maio de 2024